



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	0021640/2022
Data do Início	18/11/2022
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 21640/2022, Pregão Presencial 16/2022**

**OBJETO: Registro de Preços para terceirização através de contratação de Empresa para manutenção corretiva e preventiva em unidades escolares.**

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **CONTECK COMERCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante pleiteia:

- i. Critica o não parcelamento do objeto a ser contratado;
- ii. Alega que a qualificação técnica extrapola os limites aceitáveis.

## **III – DO MÉRITO**

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar sobre.

Inicialmente, salientamos que não existe um absolutismo no que tange a divisão em lotes ou não, devendo sempre a Administração, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem da opção escolhida. Quando analisamos o processo administrativo em tela, especificamente a composição do item, vemos que o objeto em si, aparenta similaridade, vejamos:

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando adequações das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme especificações e condições expressas nesse Termo de Referência e normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e normas complementares relacionadas a manutenção de unidades escolares municipais.

É dever salientar que toda a estrutura da contratação, segue o disposto no termo de referência e que o mesmo passa por diversas etapas até a divulgação do instrumento convocatório, incluindo a análise de legalidade.

Ponto oportuno para o debate, é deixar claro que para a definição da divisão ou não por lote a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar a real necessidade, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Segundo ensia o ilustre Justen Filho: “a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento” .

Passadas as considerações sobre o tema, solicitamos a análise da secretaria requisitante, uma vez que o tema é de cunho técnico.

Por fim, sobre o atestado de capacidade técnica com o percentual solicitado, esta especializada não detem de conhecimento técnico para emitir posição sobre o tema, motivo pelo qual solicita a posição da secretaria requisitante.

#### **IV – FATOS GERAIS**

Ressaltamos que a presente peça foi encaminhada acompanhada da cópia do instrumento convocatório, no entanto, visando a celeridade processual, o mesmo não foi juntado ao processo.

#### **V– DA CONCLUSÃO**

Tendo em vista o conteúdo da impugnação em tela tratar especificamente de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante, certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Douta Procuradoria Geral do Município e após à Secretaria Requisitante.

Em 21/11/2022

---

GUSTAVO SANTANA

MAT. 111.410

---

MARIA TRAVASSOS

MAT.111.813

De acordo

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**